

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.189.586 - PB
(2017/0260922-9)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : MARCEL NUNES DE FARIAS
ADVOGADO : ALESSANDRA RAMALHO ROCHA - PB019638
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

MARCEL NUNES DE FARIAS agrava da decisão que inadmitiu seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba** nos Embargos de Declaração n. 0000111-96.2014.8.15.0681.

No recurso especial, a defesa alega a contrariedade aos arts. 1.022 do Código de Processo Civil, 619, 620, 110, § 2º, e 385 do Código de Processo Penal, 1º, XV, do Decreto-Lei n. 201/1967 e 5º, XXXVI, da Constituição Federal.

Aduziu, inicialmente, a nulidade do acórdão proferido no julgamento dos embargos declaratórios, por não haver suprido a omissão apontada pela defesa. A seguir, sustentou as teses de insuficiência de provas para justificar a condenação, violação do princípio acusatório e da coisa julgada.

Requer, dessa forma (fls. 590-591):

- a) o conhecimento do presente, por preenchidos os requisitos e pressupostos legais para tanto;
- b) em sede de preliminar diante da omissão/desconsideração/superficialidade do acórdão ora recorrido, vênias, que não menciona nem *in passanda*, (quaisquer) das matérias agitadas nos aclaratórios, as quais – de cogente apreciação –, se analisadas/acolhidas, possuem o condão de darem outro desiderato ao julgamento, pelo qual forçoso o reconhecimento da ofensa ao art. 1022 do NCPC e art. 619/620 do CPP, e, via de consequência, anular-se o acórdão recorrido, para determinar o enfrentamento das matérias dispostas no Embargados de Declaração;
- c) no mérito, seja reconhecida o erro material e a omissão,

vez que tratou-se apenas de uma troca de documentos, que, quando corrigida implicará em absolvição do recorrente;

d) ainda no mérito seja reconhecida a contradição das decisões e a atipicidade da conduta vez que ocorreu inexata valoração jurídica da prova vez que houve a disponibilização das cópias ao impetrante do MS em questão, não havendo desobediência ou/e conduta dolosa por parte do recorrente, o que restou em ofensa ao art. 1º, XIV do DECRETO-LEI 201/67;

e) Seja reconhecida também a violação ao princípio do acusatório, tendo em vista que houve postulação de improcedência da lide penal pelo representante do Ministério Público, ora autor da ação, não podendo o juiz condenar porque lhe falta demanda, litígio, de forma que a condenação assim lançada implica em retirar a titularidade do Ministério Público e transferi-la ao próprio juiz, numa inexpugnável violação do princípio acusatório e da imparcialidade;

f) Por fim, seja reconhecida a ofensa ao art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal/88 e ao art. 110, § 2º, do Código de Processo Penal/Coisa julgada/Litispêndência, vez que houve divergência clara entre dois julgados com rigorosamente as mesmas partes e a base fático-jurídica[.]

A Corte estadual não admitiu o recurso, por considerá-lo intempestivo, o que ensejou a interposição deste agravo.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do agravo e pelo não provimento do recurso especial (fls. 726-729).

Decido.

I. Admissibilidade

O agravo é tempestivo e infirmou os fundamentos da decisão agravada. Quanto ao recurso especial, **também observo o preenchimento dos requisitos de admissibilidade.**

Com efeito, a decisão que reconheceu a intempestividade do pleito partiu das seguintes premissas (fl. 666, grifei): "o acórdão recorrido foi publicado no dia 23/02/2017 (quinta-feira), iniciando-se o prazo recursal em 24/02/2017 (sexta-feira) e findando-se no dia 12/03/2017 (domingo), **sendo prorrogado para o primeiro dia útil subsequente**

(segunda-feira, dia 13/03/2017), tendo o recurso sido interposto apenas em 20/03/2017".

Todavia, a petição de interposição do recurso registra **protocolo no dia 10/3/2017** (fl. 564), dentro, portanto, do prazo.

Ademais, o especial **suplanta o juízo de prelibação**, haja vista a ocorrência do necessário prequestionamento, além de estarem presentes os demais pressupostos de admissibilidade (cabimento, legitimidade, interesse, inexistência de fato impeditivo, tempestividade e regularidade formal). Por isso, avanço no exame de mérito da controvérsia.

Passo ao exame das matérias suscitadas.

II. Nulidade do acórdão proferido em embargos de declaração – omissão não sanada pelo Tribunal *a quo*

O ora agravante foi condenado, em primeira instância, à pena de 1 ano de detenção, em regime inicial aberto, substituída por prestação pecuniária, como incurso no art, 1º, XIV, do Decreto-Lei n. 201/1967. Na oportunidade, o Magistrado sentenciante consignou que, "tentando sustentar a antítese do denunciado foi juntado o recibo de fl. 381 e tomado o depoimento do oficial de justiça Aderaldo Cosmo Guimarães, de onde se depreende que a documentação apresentada pelo denunciado se referia a outro processo (n.º 068.2010.000.274-7), nada tendo haver (sic) com a decisão judicial descumprida" (fl. 441).

No recurso de apelação, a defesa sustentou a ocorrência de erro material na hipótese, sob o seguinte argumento (fls. 489-490, destaquei):

Ao analisarmos detidamente os fatos, podemos perceber que, **houve uma troca na juntada dos documentos, de forma que, o recibo e certidão constante dos autos refere-se ao processo 0000663-95.2013.815.0681. Não obstante, nos autos desse mesmo processo (0000663-95.2013.815.0681), o recibo e certidão lá constante dizem respeito ao presente feito.**

Fora anexado oportunamente cópias extraídas do indigitado feito, onde consta, recibo e certidão que dizem respeito ao feito ora em questão. Cumpre ressaltar que **as certidões e recibos constantes dos feitos criminais foram trocadas.**

Diante dessa constatação tem-se configurado um erro material, já que, o acusado restou absolvido no primeiro processo julgado, com documentos que dizem respeito ao presente, não merecendo prosperar a sentença condenatória.

Ao julgar o apelo defensivo, o Tribunal *a quo* consignou que (fl. 528):

De igual forma, a questão envolvendo a troca da documentação destinada às distintas ações penais constitui verdadeira inovação recursal, posto que somente revelada após a sentença de mérito desfavorável ao réu, em nítida manobra maliciosa de alterar o conteúdo decisório pela imprestabilidade da prova encartada. Ocorre que é ônus do réu a prova das alegações que sustentam sua defesa, não se lhe escusando o erro, ainda que por negligência, quanto à juntada de documentos estranhos ao fato investigado nos autos, tampouco conduzindo a sua absolvição por referirem-se a expedientes que levaram à improcedência de outra ação penal, na qual se apurou fato semelhante.

Contra esse acórdão foram opostos embargos declaratórios, nos quais a defesa ponderou que o equívoco em questão foi demonstrado "na primeira oportunidade que tivemos, porque, como dito, a despeito da troca, houve absolvição no outro feito. Vale dizer, nem mesmo o Grupo Meta [que proferiu a sentença na outra ação penal] percebeu a troca dos documentos, o que deixa patente a semelhança dos mesmos" (fl. 537).

Os aclaratórios foram rejeitados em acórdão assim redigido (fl. 555, destaque no original):

Da leitura do recurso, entretanto, percebe-se a evidente intenção do(a) embargante em alterar o mérito do julgado, trazendo à discussão temas já apreciados no corpo da decisão, quais sejam: a ausência de dialeticidade pela não explanação dos defeitos da sentença atacada, ponto 1 do acórdão recorrido e que tratou, inclusive, sobre a vinculação da fundamentação dos embargos declaratórios quanto à impossibilidade de exame de fatos novos, e a necessidade de prequestionamento da violação ao princípio acusatório, enfrentado no ponto 2.1 do acórdão combatido. **Ademais, destaque-se, o recorrente procura reavivar a discussão**

acerca da análise das provas documentais e testemunhais produzidas no bojo do processo criminal, inconformando-se com a confirmação do veredicto nesta instância que lhe foi igualmente desfavorável.

Infere-se, pois, que pretende o(a) embargante, na realidade, modificar o conteúdo da decisão embargada para adequá-la a seu entendimento através da rediscussão da matéria, o que se mostra inviável, conforme já decidiu o Superior Tribunal de Justiça nos arestos a seguir colacionados: [...].

Inicialmente, saliento que o reconhecimento de violação do art. 619 do Código de Processo Penal pressupõe a ocorrência de **omissão, ambiguidade, contradição ou obscuridade** que tragam prejuízo à defesa.

A assertiva, no entanto, não pode ser confundida com o mero inconformismo da parte com a conclusão alcançada pelo Tribunal a quo, que, a despeito das teses aventadas, lança mão de fundamentação idônea e suficiente para a formação do seu livre convencimento.

O julgador não está, por conseguinte, necessariamente vinculado a todos os pontos de discussão apresentados pelas partes, de modo que **a insatisfação com o resultado trazido na decisão não significa prestação jurisdicional insuficiente ou viciada pelos vetores contidos no artigo em comento.**

Ilustrativamente:

[...]

III. Inexistindo, no acórdão embargado, qualquer ambiguidade, omissão, contradição ou obscuridade, nos termos do art. 619 do CPP, não merecem ser acolhidos os Embargos de Declaração, que, em verdade, revelam o inconformismo do embargante com as conclusões do *decisum*.

IV. Embargos de Declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AREsp n. 22.714/RJ, Rel. Ministra Assusete Magalhães, 6ª T., DJe 24/2/2014)

Sob essas premissas, verifico que **o acórdão foi parcialmente omisso**, uma vez que **deixou de apreciar a alegação defensiva de que apontou a troca de documentos entre as duas ações**

penais a que respondia o ora agravante na primeira oportunidade que teve de se manifestar e de que a correção de tal erro permitiria concluir pela absolvição do réu.

Assim, **identifico, de plano, a nulidade do acórdão dos aclaratórios**, motivo pelo qual deixo de examinar as demais teses recursais.

III. Dispositivo

À vista do exposto, **conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial para cassar o acórdão dos embargos de declaração impugnado** e determinar que o Tribunal de origem supra o vício aqui identificado.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**